



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Aveiro

Moção

Pela solidariedade e contra a Europa Fortaleza

Milhares de pessoas, incluindo crianças, têm morrido ao tentar alcançar a Europa fugindo da guerra, da violência e da fome. A Europa não pode permanecer indiferente.

A União Europeia não pode fechar portas ou virar costas a esta tragédia. Esperar que uma política securitária resolva o assunto não é realista nem eticamente aceitável. A Europa que gasta dinheiro e tempo a erguer muros e a transformar os seus mares, nomeadamente, o Mediterrâneo e o Egeu, em cemitérios a céu aberto é politicamente insustentável, eticamente indefensável e não é a Europa da solidariedade que queremos. São indefensáveis as políticas repressivas e de fechamento que conduzem a indizíveis dramas humanos, como a morte por asfixia num camião de transporte de carnes na Áustria, os trucidados no Eurotunel da Mancha a tentarem chegar a Inglaterra, os afogados do Mar Egeu e do Mediterrâneo, assim como a insuportável imagem do corpo do menino Aylan a boiar numa praia turca. As milhares de pessoas a enfrentar ao relento, dias a fio, a intransigência e a insensibilidade dos governos europeus, entrincheirados por trás de muros de arames farpados guardados por exércitos mobilizados contra a nova "praga", como vergonhosamente, disse Cameron a respeito da vaga de migrantes.

Já em Maio, a Comissão Europeia falava em distribuir pelos estados membros da UE, nos próximos dois anos, cerca de 40.000 requerentes de asilo. Principalmente aqueles entalados na Grécia e em Itália. Mas ao mesmo tempo que a Comissão preparava tal ideia de quotas por país, os dirigentes europeus insistiam na ideia de fechamento de fronteiras, multiplicando as declarações segundo as quais os "migrantes irregulares devem ser recambiados". Esta contradição revela obviamente que estas medidas não só eram pura e simplesmente cínicas e hipócritas bem como, não tinham nenhuma adesão à realidade brutal vivida por centenas de milhares de refugiados provenientes, principalmente da Síria, Líbia, Afeganistão, Eritreia, Níger, etc, aonde não podiam absolutamente voltar.

Estas pessoas fogem de guerras civis, do terrorismo, do fundamentalismo religioso, resultantes na maior parte dos casos das intervenções colonialistas de potências ocidentais, potenciadoras de opressão política e militar, assim como da actuação predadora das multinacionais que, conscientemente saqueiam os recursos naturais destes países, comprometem o presente e o futuro das populações locais que se veem assim empurradas para a procura de melhores condições de vida.

Regista-se um gigantesco aumento de chegadas de refugiados, particularmente a partir da fronteira oriental contínua (1060% de aumento de chegadas só na Grécia em relação ao período homólogo; 880% de aumento do lado dos Balcãs Ocidentais, nomeadamente junto da fronteira húngara). No entanto, as respostas da UE inscrevem-se num quadro político que prioriza o medo e instrumentaliza os

sentimentos de (in)segurança que alimentam o racismo e a xenofobia.

Por um lado usam-se neste quadro, instrumentos e mecanismos como a Frontex, Europol, Euro-just e tantas outras maleitas para empreender ou apoiar acções militares, prevendo afundar navios de refugiados, usando como álibi o combate ao tráfico de pessoas e, por outro lado, a UE fala em "acelerar os acordos de readmissão com os países terceiros", uma forma diplomática de proceder a violentas expulsões em massa, confinamento e quarentena de migrantes em centros de detenção, tornados autênticos campos de concentração fechados.

Trata-se de uma estratégia baseada na repressão, ancorada numa hipocrisia social e política que procura empurrar refugiados e imigrantes fora da vista da opinião pública, evitando assim enfrentar esta crise humanitária e, infelizmente, promovendo por arrasto através de um discurso do medo, a xenofobia e o racismo.

Hoje em dia, a mercantilização da mobilidade está diretamente ligada à promoção de acordos económicos e políticos rentáveis para a Europa e multinacionais europeias e também para os regimes que os refugiados estão a tentar escapar.

O governo português tem sido parte deste caminho profundamente errado que transformou o Mediterrâneo num cemitério e a Europa numa fortaleza. Face à catástrofe, recentemente, Pedro Passos Coelho esforçava-se por regatear o número de refugiados que o país aceitaria: dos 2.405 propostos por Bruxelas passou-se para cerca de 1.500, sendo que Portugal não chegou a receber nenhum dos 45 refugiados que deveria ter recebido o ano passado. O governo parece ser mais duro a negociar com vidas humanas que é preciso salvar do que com os interesses económicos que se vão apoderando do bem público nos processos de privatização.

Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em 18 de Setembro de 2015, delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade para com os refugiados;
2. Apelar ao governo português para que altere a sua postura face a esta crise e que envide todos os esforços para garantir todas as condições necessárias para o bom acolhimento dos refugiados;
3. Declarar o seu empenho e disponibilidade para fazer parte da solução, nomeadamente apelando à criação de uma rede de municípios-refúgio;
4. Declarar Aveiro Município de Acolhimento de Refugiados.

Aveiro, 10 de setembro de 2015

O deputado municipal,